



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 3ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

2  
3  
4 No vigésimo primeiro dia do mês de março de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida  
5 Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de  
6 pauta: **1º) Atas (1ª Plen. Ord. de 21/02/13) e Expedientes; 2º) Informes e Assuntos Gerais; 3º)**  
7 **Relato de Comissões do CES/RS; 4º) Informes sobre o PL 323/2012 - Reestruturação do**  
8 **CES/RS; 5º) Relato sobre a Programação da Semana em Comemoração ao Dia Mundial da**  
9 **Saúde; 6º) Relatório das demandas da Ouvidoria do SUS – SES/RS. Titulares:** Luiz Pinheiro,  
10 Ana Sodré, Juliana Wingert, Maria Silva, Ana Maria Atz, Carlos dos Santos, Paulo Humberto da  
11 Silva, Arlei Santos, Edson Nunes, Délcio Cruz, Camila Jacques, Eni Bahia, Alcides Pozzobon, Zilá  
12 Cohen, Jairo Tessari, Vera Leonardi, João Pawlar, Célia Chaves, Cristiane Pegoraro, Lúcia Silveira,  
13 Alfredo Gonçalves, Sonia Pinheiro, Ronaldo Bordin **Suplentes:** Carlos Martins, Sandra Leon,  
14 Sandra Schmitt, Aurélio Pereira, Paula Fortunato, Ana Maria Moreira, Leila Ghizzoni, Jane Pilar,  
15 Luiz Ferreira, Claudio Augustin, Marcio Slaviero. O Presidente do CES, Paulo Humberto, abre a  
16 Plenária e lista os pontos de pauta do dia. **1º) Atas (1ª Plen. Ord. de 21/02/13) e Expedientes:**  
17 Paulo pergunta se algum conselheiro tem alguma consideração a fazer sobre a ata. Ana Valls faz uso  
18 da voz e pede que se faça algumas alterações como: colocar seu nome na lista de titulares presentes,  
19 que ficou de fora; nas linhas 154 e 155, alterar alguns equívocos na transcrição de sua fala.  
20 Conselheiro Martins se manifesta e sugere que as alterações sejam pedidas anteriormente à  
21 Plenária, por e-mail, já que eles recebem a ata muito tempo antes. Paulo faz uso da voz e diz que  
22 concorda com isso, pois ajuda a ganhar o tempo. Ele faz a votação para a aprovação da ata. A ata é  
23 aprovada, com duas abstenções. Ele diz que recebeu do COSEMS duas indicações para  
24 conselheiros: Valdemar Fonseca, como titular e José Wink para suplente. Diz que receberam uma  
25 correspondência do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas relatando que eles fecharam as portas  
26 da entidade até que o Governo Municipal dê as condições de trabalho necessárias. Sobre isso, ele  
27 comenta que a partir da Lei 141/2012, se não houver aprovação do relatório quadrimestral da  
28 gestão, o município perderá recursos. Diz que colocou o CES à disposição para contribuir. **2º)**  
29 **Informes e Assuntos Gerais:** Délcio faz uso da voz e relata sobre sua ida à 7ª Conferência da  
30 Saúde realizada na Bahia. Em relação à Caxias do Sul, ele diz que as coisas estão andando a passos  
31 largos e logo mais estará funcionando um novo prédio de terapia. Ana Maria faz uso da voz e diz  
32 que na última terça-feira foi feita a apuração de votos no Sindicato Médico para a eleição da  
33 Diretoria e sua chapa venceu. **3º) Relato de Comissões do CES/RS:** Paulo passa a coordenação da  
34 plenária para Célia Chaves, pois tem de se ausentar do resto da plenária. Mário Reis, diretor da  
35 CUT, relata sobre uma reunião da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador que esteve  
36 presente e tinha como proposta reformular o regimento interno, mas isso não aconteceu pois um  
37 membro não estava presente. Diz que houve uma conversa sobre um incoerente seminário que  
38 acontecerá dia 4 de abril, tratará da questão do berço da política da saúde do trabalhador e que  
39 causou um desconforto entre os membros da CIST. Diz que toda a discussão que ocorreu dentro da  
40 CIST e o seminário que foi realizado no Coral Tower resultou no seguinte entendimento do grupo  
41 de trabalho da CIST, considerando que para eles não faria sentido realizar um novo seminário para  
42 rediscutir o assunto: que o CES estaria desacreditando e descredibilizando o trabalho da CIST.  
43 Fizeram os seguintes encaminhamentos: chamar o CES e o Conselho Gestor para a próxima reunião  
44 da CIST; encaminhar para os componentes da CIST a cópia das atas em que foram definidos os  
45 representantes do Conselho Gestor; solicitar permissão nas plenárias do CES para relatar sobre a  
46 CIST; e, por último, uma avaliação quanto à existência da CIST, devido à descredibilidade perante

47 o CES. Sugestiona que se faça convocações da CIST para discutir esses assuntos. Célia Chaves faz  
48 uso da voz e diz que em momento nenhum o CES, ao abrir espaço para discutir sobre a política, está  
49 descredibilizando a comissão e que o que tem que se entender é que as comissões são importantes,  
50 mas são assessoras e que este plenário, que é soberano, tem o direito de abrir o debate para mais  
51 entidades, se decidir que há necessidade. Conselheiro Alfredo faz uso da voz e diz que não esteve  
52 presente no debate, acha que há um equívoco e que não querem colocar fora as conversas que  
53 tiveram nem o texto escrito, mas que precisa ser melhorado, pois ainda há muitos problemas, como  
54 a falta de acesso do trabalhador à política. Luis Ferreira, da CUT, diz que em meados do ano  
55 passado o CES constatou e procurou resolver o problema que a CIST não tinha a representação de  
56 algum conselheiro e o que fosse discutido lá não teria validade diante do conselho, se não fosse  
57 trazido à plenária. A participação de conselheiro Alfredo na CIST foi a alternativa encontrada.  
58 Comenta sobre a soberania do CES sobre as comissões, mas que para fazer esse debate da CIST,  
59 precisaria discutir o regimento, que não existe. Diz que entendem que é um espaço dos  
60 trabalhadores e que eles têm que lutar e ter maior representatividade. Célia Chaves faz uso da voz e  
61 diz que está passando uma folha de inscrições para um seminário em Santa Cruz. Cláudio faz uso da  
62 voz e diz que o Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul tem lutado para que o  
63 Estado do Rio Grande do Sul tenha uma política de saúde dos trabalhadores do Estado. Ele diz que  
64 há um alto índice de servidores estaduais doentes, inclusive os trabalhadores da área da saúde. Diz  
65 que, embora o Sindicato e o Estado tenham essa luta histórica, pautada com o Governo há bastante  
66 tempo, o sindicato nunca foi convidado para debate sobre a política de saúde do trabalhador. Relata  
67 que quando receberam o documento, o grupo de trabalho deles discutiu e apontou várias faltas e,  
68 por isso, resolveram fazer o seminário, portanto, por questão de princípio político, nenhuma  
69 representação presente na plenária deve delegar para terceiros a discussão dos interesses da sua  
70 representação. Diz que o CES tem o dever político e, a partir da Lei 141, legal, de responder por  
71 seus atos. Diz que ele, como conselheiro, não pode deliberar qualquer coisa sem ter conhecimento  
72 sobre o que está deliberando, pois será responsável. Segundo ele, esse seminário que será feito é o  
73 início de um debate profundo que o CES precisa fazer para ter uma política de saúde do trabalhador.  
74 Célia Chaves faz uso da voz e pergunta se foram feitos esclarecimentos suficientes ou se há mais  
75 alguma dúvida. Márcia faz uso da voz e diz que o seminário em discussão é fundamental e dá início  
76 a uma semana em comemoração do Dia Mundial de Saúde. Ela relata as atividades comemorativas  
77 da semana. Avisa que dia 11 haverá um Seminário Macrorregional. Sandra Leon faz uso da voz e  
78 comenta que os assuntos do seminário serão a regionalização, o controle social e a educação  
79 permanente. Márcio, da SES, diz que haviam discutido que como o único Conselho Regional de  
80 Saúde instituído é o de Lajeado, este faria uma apresentação de suas atividades e sua importância  
81 naquele território. Diz que tinham também estabelecido abordar algum tópico sobre a importância  
82 do controle social para a Gestão. Ele pergunta se isso foi considerado e estruturado. Sandra Leon  
83 diz que isso está sendo considerado, que ainda estão construindo mais pontualmente os assuntos do  
84 seminário. Márcia comenta sobre o seminário de dia 4 de abril e a necessidade de criarem uma  
85 comissão de sistematização para elaborar uma política. Ela diz que tem nomes para indicar para a  
86 comissão, que são: Adalgisa, Clarete, Veralice, Cláudio, Alfredo, Cristiane e Camila. Sandra diz que  
87 a parte da manhã do seminário será sobre a gestão e a parte da tarde será de educação permanente  
88 para o controle social no SUS e o controle social como um todo. O público-alvo serão os  
89 estudantes, trabalhadores em saúde, atuantes no controle social e gestores. Célia diz que esse  
90 assunto acabou sendo adiantado, pois há um ponto de pauta sobre esse assunto. Célia comenta  
91 novamente sobre a antecipação da apresentação do ponto da programação da semana de atividades  
92 em campanha do Dia Mundial de Saúde e pergunta se mais alguém tem algo para comentar ou  
93 questionar sobre isso. Eni faz uso da voz e informa que o pastoral da saúde também participará do  
94 evento, com um pequeno seminário no dia 12, contando com o acompanhamento da comissão de  
95 educação permanente. Célia pergunta se mais alguma comissão tem relato para apresentar. Pergunta  
96 se há alguém que possa explicar melhor sobre a atividade que acontecerá domingo. Márcia faz uso  
97 da voz e diz que dia 7 haverá um stand sobre doenças não transmissíveis, organizado pelo  
98 Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde. O grupo trabalhando nisso pede para que

99 não seja distribuído material sobre doenças transmissíveis, como dengue etc. Ela diz que pediu um  
100 espaço para o controle social. Márcia diz que sua comissão foi convidada para participar de uma  
101 reunião. Célia pergunta se há mais alguma manifestação. Não há resposta e ela fecha o ponto dos  
102 relatos das comissões. 4º) Informes sobre o PL 323/2012 - Reestruturação do CES/RS: Célia abre o  
103 ponto e comenta sobre o projeto. Ela diz que ele está desde o ano passado na Assembléia  
104 Legislativa e está sob regime de urgência. Comenta que o CES está acompanhando, que todas as  
105 terças-feiras os conselheiros estão indo à AL, quando são votados os projetos. Célia comenta que  
106 mesmo estando nas pautas, o projeto sempre era eliminado como assunto de discussão. Ela disse  
107 que na última terça-feira o governo fez um movimento de retirar o regime urgência do projeto.  
108 Comenta que esse pedido teve explicação, por parte da SES, que o projeto como estava poderia ser  
109 rejeitado, por isso deveria ser alterado. Diz que o Secretário prometeu fazer conversas com o CES  
110 para discutir o assunto e que agora esperam por isso. Comenta que se algum conselheiro tiver  
111 contato com deputados, poderia conversar com eles para auxiliar na aprovação. Célia abre as  
112 inscrições. Carlos, da FRACAB, diz que independente de individualmente fazer isso, devem publicar  
113 isso. Diz que considerou fazer hoje uma moção ao governador e aos deputados pedindo urgência,  
114 colocando de maneira firme o porquê disso ser necessário e importante. Comenta que não só o CES,  
115 mas as entidades também devem fazer posicionamento a favor. Diz que devem mandar essa nota  
116 para os jornais de Porto Alegre, para fazer publicidade. Comenta que isso chamará mais atenção dos  
117 políticos. Odil Gomes faz uso da voz e diz que tem acompanhado uma comissão de Porto Alegre  
118 com bancadas de parceiros diversos. Diz que se surpreendeu ao ler nas redações o apoio de  
119 deputados ao Governo do Estado. Comenta que ao nível nacional foram retirados os nomes das  
120 entidades que faziam parte do conselho e que o CES nunca teve mais do que 35 pessoas. Diz que  
121 por segmento as novas entidades devem disputar com outras entidades para receber espaço.  
122 Comenta que no regimento interno devem regular para que as entidades que não participarem  
123 percam seu espaço. Diz que no dia da visita à última plenária tentaram conversar com alguns  
124 políticos. Jairo faz uso da voz e diz que é lamentável que estejam retrocedendo nessa questão. Diz  
125 que se o projeto está sendo retirado, não se aprova mais a lei do conselho. Diz também que se isso  
126 não se resolver este ano, não resolve no próximo. Comenta que os discursos internos do CES são  
127 interessantes, mas que precisam discutí-los dentro das próprias entidades. Diz que é importante a  
128 ação das lideranças e, se não agirem, o Governo vai retirar a prioridade. Comenta que o problema  
129 principal é o grande poder que está se dando ao controle social, quando são os seguimentos que  
130 darão encaminhamento das suas representações. Diz que há um medo que o controle social se  
131 exarcebere com tanto poder. Comenta que todos têm representações para ter acesso ao assunto do  
132 projeto e se não agirem, ano que vem não adiantará mais. Célia faz uso da voz e sugestiona que  
133 juntem esses pontos de conflitos apontados e discutam o que devem negociar e o que podem abrir  
134 mão e pedir assessoria de parlamentares que tenham experiência com a lei. Eni Bahia faz uso da  
135 voz e diz que é válido o que a Célia disse, mas que há um acordo com o Secretário de Saúde para  
136 que se tenha um acompanhamento técnico jurídico e que se passou pela Casa Civil também. Ela diz  
137 que se passou por lá e foi para a Assembléia, é porque o Governador concordou com isso. Eni fala  
138 que deve haver outros fatores sendo ignorados que estão atravancando o projeto. Sugestiona que se  
139 faça um documento bem elaborado pelo conselho e que todas as entidades assinem, como outras  
140 vezes fizeram isso. Ana Maria faz uso da voz e diz que um deputado olhou o projeto e apontou que  
141 há uma inconsistência jurídica na elaboração do projeto. Relata que devem rediscutir o projeto, ao  
142 menos a redação, que pode ser o problema. Célia diz que a Mesa Diretora conversou com todas as  
143 lideranças dos partidos e que derrubaram os questionamentos um por um e só sobrou uma emenda  
144 que não conseguiram derrubar. Ela diz que nunca foi apontado um problema de elaboração, nem ao  
145 menos na Casa Civil, onde deveriam identificar se tivesse. Célia diz que se algum deputado  
146 realmente enxerga algum problema, então que ele encaminhe para que discutam. Ela diz que a  
147 questão é mais política. Ela repete o que o Jairo falou que há medo por parte de algum segmento  
148 que haja um empoderamento maior do CES. Comenta também sobre os conselhos regionais e diz  
149 que um dos deputados que estão contra o projeto alega que não abrange a questão dos conselhos  
150 regionais. Ela diz que eles não entendem a estrutura do CES, que alguns entenderam a explicação e

151 outros não e nem vão entender. Marcio Slaviero faz uso da voz e diz que o fluxo do processo passa  
152 por uma aprovação no CES, depois por uma aprovação em uma assessoria jurídica na SES e, então,  
153 por uma aprovação na Casa Civil, sob uma análise jurídica, e então encaminhada para a Assembléia  
154 sob regime de urgência. Diz que, se o projeto passa por tantas etapas e chegou na Assembléia, então  
155 a discussão é o entendimento da Assembléia Legislativa sobre o processo e que é só com pressão  
156 popular que vão conseguir a aprovação. Comenta que o Conselho deve convocar pessoas-chave  
157 para fazer a articulação política e explicar para os Deputados que está no texto a questão dos CRS.  
158 Diz que só não tem os detalhes que os políticos pedem, mas isso é porque engessaria as entidades,  
159 fazendo com que tenham que revisar a lei caso alguma entidade saia do trabalho. Comenta que não  
160 haverá unanimidade dos votos na Assembléia Legislativa. Diz que a questão do poder político não é  
161 a importante, e sim articulação política. Célia diz que esse trabalho já foi feito, que começaram  
162 desde janeiro. Relata que foram em todas as bancadas e que uma delas entendeu que a forma que  
163 colocaram a participação das entidades, restringia as entidades governistas. Diz que é uma questão  
164 de receio que o CES seja composto por forças políticas que possam estar a favor ou contra um ou  
165 outro governo, além da questão dos conselhos regionais. Diz que a publicidade neste momento não  
166 é oportuno. Comenta que estão em um momento de conversas com o Secretário e que devem  
167 esperar o resultado dessas conversas e que as entidades podem fazer, paralelamente a isso,  
168 conversas com os deputados. Diz que este trabalho é importante para descobrir se há problemas que  
169 não detectaram. Comenta que um documento com assinatura de todas as entidades pode ser menos  
170 efetivo do que uma conversa que o representante de alguma entidade faça. Diz que se há mesmo um  
171 deputado indagando uma inconsistência no projeto, como a Ana Maria disse, o CES pode conversar  
172 e resolver a questão. Célia pergunta se alguém tem alguma manifestação a fazer ainda. Eni Bahia  
173 faz uso da voz e diz que é preocupante o momento de impasse. Comenta que as entidades podem ter  
174 feito conversas e que há ótimos conselheiros, mas não podem parar o trabalho. Diz que tem que ver  
175 quais são os deputados mais resistentes e fazer mais conversas. Relata que na última votação só  
176 havia meia-dúzia de conselheiros. Diz também que devem já começar o regimento aqui dentro. Diz  
177 que devem fazer esse levantamento de deputados mais resistentes e conselheiros que realmente  
178 participem e que saiam daqui com algo concreto para falar. Célia comenta sobre o que a Eni Bahia  
179 falou e diz que a Mesa já faz esse trabalho e pede que as pessoas que puderem participar se  
180 apresentem. Diz que se elas quiserem auxílio com argumentos e material que se juntem ao grupo,  
181 que já tem tudo isso pronto. Eni Bahia faz uso da voz e diz que quando se fala dos conselhos  
182 regionais, deve-se saber bem sobre o que diz na resolução. Diz que a resolução não está de acordo  
183 com o que a lei diz. Fala que não podem casar a resolução com a lei proposta, apenas com a lei  
184 atual. Célia diz que a resolução é a questão do CES não ser contra os conselhos regionais e  
185 reconhecê-los, mas que cadeira no CES destinada aos conselheiros regionais não convém, pois  
186 essas entidades são pertinentes especificamente para aquelas regiões. Délcio faz uso da voz e diz  
187 que participou de GTs que foram até o interior para trabalhar e que o CES não deixa os municípios  
188 interiorinos de fora. Odil faz uso da voz e diz que a SES tem as suas coordenadorias e o CES tentou  
189 fazer o mesmo, pois a nível nacional temos CNS, CES e CMS. Diz que não querem desprestigiar o  
190 interior, mas os CRS seriam apenas extensões do CES, mas dar-lhes poderes deliberativos estaria  
191 afrontando a lei. Odil diz que quer sim que participem, mas que sejam como órgãos vinculados aos  
192 CES. Diz que a conversa que vão ter semana que vem, é para esclarecer que a idéia de CRS é  
193 política e não tem nada a ver com o Conselho Estadual. Odil diz que até podem trabalhar a ideia,  
194 mas isso deveria ser tratado junto aos outros CES e ao CNS. Diz que existem três níveis de  
195 conselhos: o estadual, o municipal e o nacional e para criar os regionais, só mexendo na lei. 6º)  
196 Relatório das demandas da Ouvidoria do SUS – SES/RS: Célia faz uso da voz e abre o ponto.  
197 Luana faz a apresentação. Célia faz uso da voz e diz que muitos desdobramentos vão ter após o  
198 recebimento dessas informações. Diz que a grande parte das demandas é de dificuldade de acesso  
199 ao serviço. Comenta que a partir dessa informação, deve-se discutir o que o controle social deve  
200 fazer. Diz que independente da demanda ter sido atendida, o problema pode se repetir. Comenta que  
201 há outros problemas que não chegaram a ouvidoria. Diz também que devem usar essas informações  
202 até mesmo quando forem estudar a questão da gestão. Comenta que devem investigar se os

203 municípios e a União fazem sua parte, pois nem tudo é de alçada do Estado. Diz que essa questão é  
204 mais importante para a Educação Permanente. Sandra faz uso da voz e diz que tem duas perguntas:  
205 a primeira, é que não entendeu a diferença entre o resolvido, o arquivado e o fechado e gostaria de  
206 saber a diferença; a segunda, se o cidadão tem acesso às demandas encaminhadas e às respostas  
207 dadas. Odil faz uso da voz e diz que é interessante ver na demanda que há muita coisa truncada no  
208 sistema de comunicação. Diz que receberam um pedido para a ex-presidente do CES Maria Helena  
209 a respeito de uma senhora viúva em estado deplorável que tinha um filho drogado e que não  
210 conseguia atendimento. Odil diz que a Maria Helena foi atrás da prefeitura e que ontem recebeu  
211 uma ligação da ex-presidente, que relatou que a senhora ainda não tinha conseguido ser atendida. O  
212 conselheiro diz que o CES criou uma proposta de resolução que estabelecia que os conselhos  
213 municipais e os espaços que atendiam o Sistema Único de Saúde deveria ter o selo do SUS  
214 estampado. Odil diz que o CMS deveria ser tão prestigiado quanto a Câmara de Vereadores, mas  
215 quando visitaram o interior viram que até mesmo os equipamentos enviados pelo Ministério da  
216 Saúde estavam inaplicados ou foram roubados. Diz que as pessoas não tem meios de comunicação  
217 direta com as autoridades. Relata que na região de Erechim, de doze municípios, apenas cinco  
218 tinham os equipamentos instalados corretamente. Comenta que os CMS estão mal localizados e  
219 com mal suporte dos municípios. Eni Bahia faz uso da voz e diz que, quanto a resolubilidade, diz  
220 que o CES fica sabendo, mas gostaria de saber dos resultados. Ela diz que é interessante saber os  
221 dados, mas que quer saber os resultados, se foram resolvidos os problemas demandados na  
222 ouvidoria. Eni Bahia diz uma vez passou na ouvidoria para pegar o número de telefone, mas  
223 recebeu uma negativa de quem estava lá, que relatou que faltava funcionários para atender. Ela diz  
224 que tem que agilizar a questão da ouvidoria, que há hospitais que também têm ouvidoria e que se  
225 deve discutir a relação com essas ouvidorias. Diz que o CES por natureza é uma ouvidoria e que se  
226 deve divulgar para que a população saiba quem procurar quando precisar. Márcia faz uso da voz e  
227 diz que é contra a ouvidoria substituindo o CES e que se deve separar as responsabilidades  
228 atribuídas. Ela diz que outra questão que quer discutir é sobre os cursos de capacitação executados  
229 com as entidades junto ao CES e que o controle social está sendo representado por quem não tem  
230 direito. Sônia, do Sindicato dos Enfermeiros, diz que concorda com muitas falas que foram feitas e  
231 que vivencia dentro da prefeitura de Porto Alegre os encaminhamentos do 156. Ela diz que o CES  
232 deve conhecer detalhadamente as queixas. Ela diz que a Ouvidoria funciona, segundo a sua  
233 experiência na prefeitura, da seguinte forma: O usuário chega no local e não tem sua demanda  
234 resolvida e que os trabalhadores só podem dizer que não sabem o trâmite que deve ser feito e eles  
235 oferecem o 156. O usuário liga para o 156 e a Ouvidoria repassa para os trabalhadores resolverem.  
236 Ela diz que os trabalhadores não tem o que responder e só podem responder o que já haviam dito  
237 anteriormente. Sônia pergunta para a Luana se os problemas levantados nas Ouvidorias têm servido  
238 para apontar soluções para os casos. Ela diz que é importante o CES saber quais são as demandas da  
239 Ouvidoria e que elas sejam apresentadas frequentemente para que o controle social possa estar  
240 ciente e possa fazer o controle. Célia faz uso da voz e diz que esses relatórios serão recebidos pela  
241 comissão de fiscalização, que repassará para as outras entidades que tenham interesse. Diz que se  
242 deve considerar que mesmo que uma demanda seja resolvida, tem que estar pronto, caso aconteça  
243 de novo. Ela passa para Luana responder as perguntas. Luana faz uso da voz e diz que as perguntas  
244 são bem pertinentes. Quanto a diferença entre os status concluído, fechado e o arquivado, ela  
245 responde que o primeiro é quando recebem a resposta da área técnica, o segundo é quando repassam  
246 essa resposta ao usuário e é colocada no sistema e o terceiro é quando o sistema arquiva a demanda  
247 e que ele faz isso depois de quinze dias, disponível para ser reaberta caso o cidadão se comunique  
248 para dizer que seu problema não foi resolvido satisfatoriamente. Ela diz que apenas neste ano  
249 conseguiram fazer um relatório. Relata que a proposição é que os relatórios e os gráficos sejam  
250 quadrimestrais. Sobre a forma de propor mudanças na Ouvidoria, ela diz que o setor não ocupa o  
251 espaço do controle social e que seu papel é ser o mediador, repassando as informações para que o  
252 CES cobre da gestão. Diz que há coisas pequenas que eles podem propor mudanças. Ela comenta  
253 sobre o que Odil relatou e diz que o papel principal da Ouvidoria é cobrar da Secretaria Estadual de  
254 Saúde e chegar no Município, mais é difícil. Diz que o trabalho da Ouvidoria é ouvir os problemas,

255 mas resolvê-los é competência do gestor, do diretor do hospital etc. Comenta que os profissionais  
256 devem conhecer melhor a Ouvidoria para poder dar uma resposta melhor para o cidadão. Ela diz  
257 que ficou confusa nas falas da plenária se deve fazer os relatórios completos ou resumidos. Célia  
258 diz que para uma apresentação oral deve ser feito um relatório resumido, mas para uma análise mais  
259 eficiente se deve ter um relatório mais detalhado e enviado para que o CES trabalhem em cima.  
260 Luana fala que só vão elaborar o material de divulgação quando puderem dar as respostas. Quanto  
261 aos hospitais, ela disse que o único que eles têm relação mais imediata é o que tem Ouvidoria  
262 implantada, sendo para uns mais resolutivo e para outros menos. Em relação a dificuldade de acesso  
263 ela diz que a Ouvidoria nunca vai ser resolutiva nisso, pois falta de vaga, distribuição de  
264 medicamentos e marcação de consultas não são de competência da Ouvidoria. Ela diz que uma  
265 Ouvidoria ser resolutiva é conseguir dar uma resposta da situação e esclarecer o cidadão sobre o  
266 real problema. Diz que o conjunto disso que gera mudança. Quanto a questão dos serviços dentro do  
267 Hospital, ela diz que isso já é garantido por uma lei federal chamada Carta de Serviços e que isso o  
268 controle social deve cobrar de todas as instituições. Diz que se deve debater o papel do ouvidor e da  
269 Ouvidoria, pois isso é um serviço novo que está sendo construído agora. Leonildo Mariani faz uso  
270 da voz e diz que concorda que é algo que está começando a ser construído e que não se dá para  
271 cobrar muito. Luana diz que todos os municípios com mais de cem mil habitantes têm recursos e  
272 responsabilidade de criar suas próprias ouvidorias, os com mais de cinquenta mil têm auxílio de  
273 custeio de equipamentos e os menores têm apoio. Eni Bahia faz uso da voz e pede que Luana envie  
274 por e-mail os municípios que receberam o recurso, para o CES fiscalizar para onde está indo o  
275 dinheiro. Eni diz que serviço de Ouvidoria não é fácil, pois é difícil para quem está no telefone dar  
276 uma resposta. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves, Vice Presidente do CES/RS, deu por  
277 encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente ata que, após leitura  
278 e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 21 de março de 2013.

279  
280 Paulo Humberto Gomes da Silva  
281 Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice Presidente do CES/RS

282  
283  
284 Alfredo Gonçalves  
285 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

286  
287  
288 Jairo Francisco Tessari  
289 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand  
Coordenador do CES/RS

290  
291  
292 Carlos Alberto Ebeling Duarte  
293 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS